

LETRAMENTO NO ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO ACERCA DO LETRAMENTO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Fernanda dos Santos ALMEIDA
Joana Gomes dos Santos FIGUEREIDO

Universidade Estadual de Feira de Santana
Nanda_email@hotmail.com
joanagsf@gmail.com

Resumo: Letramento é um termo recentemente utilizado no Brasil, principalmente, nas áreas de Letras e de Educação, embora a sua existência seja antiga. Entretanto, percebe-se que muitos profissionais dessas áreas saem dos cursos de graduação sem o ter conhecido e, conseqüentemente, sem saber como promover oportunidades para que os seus futuros alunos possam desenvolver as habilidades de leitura e de escrita. A partir dessa problemática, desejou-se saber, a partir de entrevistas, se os estudantes do curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), especificamente, do quarto e do oitavo semestres, bem como alguns egressos dessa mesma instituição de ensino, que já têm certa experiência em sala de aula, tinham conhecimento sobre letramento. Os resultados evidenciam que os estudantes do curso de graduação da UEFS desconhecem, e/ou conhecem de ouvir falar, o significado de letramento; somente depois de formados e, a partir dos cursos de pós-graduação, é que eles tiveram contato com as nuances do letramento. Logo, nota-se que algumas universidades do Brasil estão aquém no que diz respeito às discussões sobre o letramento.

Palavras-chave: Letramento; ensino de Língua Portuguesa; curso de Letras Vernáculas.

1 Introdução

O letramento, desde seu surgimento no Brasil, vem desempenhando um papel muito importante na educação brasileira, uma vez que, a partir dos estudos do letramento, os estudiosos e educadores em geral perceberam as limitações da alfabetização brasileira e sentiram a necessidade de ampliar as dimensões desse processo, indo muito além da mera tecnologia de codificação e decodificação de signos ao acrescentar o desenvolvimento das práticas sociais da leitura e da escrita ao referido processo.

Assim, neste estudo, discute-se a percepção que os professores de Língua Portuguesa têm sobre o letramento, visto que são esses profissionais que lidam diretamente com a leitura

e a escrita e, porque, segundo Angela Kleiman (2007), o processo de letramento deve acompanhar o discente em todos os níveis de ensino da educação básica.

Com o intuito de verificar como está se dando o ensino de letramento na formação docente, foram realizadas entrevistas com estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA em diferentes estágios do curso e também com professores formados por esta universidade, sobre as quais se fez uma análise qualitativa.

Para tanto, far-se-á, inicialmente, um percurso histórico a partir do surgimento do letramento no Brasil e suas implicações na alfabetização até sua importância atual na educação. A seguir, considerar-se-ão alguns conceitos de letramento que são comumente utilizados como bases para o trabalho docente, no que concerne às práticas de leitura e escrita. A partir de então, discutir-se-á o letramento no ensino de língua portuguesa e a formação do professor de língua. Segue-se descrevendo como foram realizadas as entrevistas, quais foram os critérios de escolha dos entrevistados e qual foi a motivação de realizar o presente estudo. Posteriormente, são apresentadas algumas possíveis soluções para os problemas apontados, seguidas das considerações finais.

2 Origem do letramento no Brasil

A palavra letramento é recente no campo da educação brasileira. É na segunda metade da década de 80 que este termo surge no discurso de especialistas da área de linguagens. Conforme Soares (2010, p.15), “uma das primeiras ocorrências está no livro de Mary Kato de 1986 (no mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística).”

Grando (2012), diz que o termo apareceu, anos depois, mais especificamente em 1995, nos livros “Os significados de letramento” organizado por Ângela Klaiman e “Alfabetização e letramento” organizado por Leda V. Tfouni.

A partir de então, a palavra tornou-se cada vez mais frequente, “talvez seja esse o momento em que letramento ganha estatuto de termo técnico no léxico dos campos da Educação e das Ciências Linguísticas” (SOARES, 2010, p.15).

Acredita-se que o surgimento de uma expressão nova esteja relacionado à falta de uma palavra que possa explicar um determinado fenômeno claramente:

Durante a década de 80 emergiram discussões sobre as altas taxas de repetência no Brasil. (...) Diante de toda reflexão que ocorreu na época sobre o analfabetismo, foi necessário encontrar uma palavra que se referisse à

condição ou estado contrário daquele expresso pela palavra analfabetismo, ou seja, uma palavra que representasse o estado ou condição de quem está alfabetizado, de quem domina o uso da leitura e da escrita. (GRANDO, 2012, p.2).

Lorenzet e Giroto (2010), corroboram com essa ideia ao dizer que antigamente as escolas tinham como prioridade alfabetizar, enfatizando fundamentalmente a aprendizagem do sistema convencional da escrita, em que codificar e decodificar as letras e palavras era suficiente para considerar um aluno alfabetizado. Mas hoje, com as constantes transformações, alfabetizar não é o suficiente, é importante que o indivíduo faça uso da leitura e escrita socialmente. Neste contexto, surge a necessidade de utilizar um termo novo: letramento.

No momento em que os especialistas percebem que grande parte da população brasileira era analfabeta e entenderam que essa realidade precisava ser modificada, “foi preciso incorporar uma nova palavra para nomear a nova condição que o povo passou a ocupar. Essa nova condição, para além de saber ler e escrever, compreendia a incorporação desses saberes no viver de cada indivíduo, ou seja, compreendia uma demanda social.” (GRANDO, 2012, p.3).

Kleiman (2005, p. 21), complementa ao dizer que:

Vários pesquisadores que trabalham com as práticas de uso da língua escrita sentiram falta de um conceito que se referisse aos aspectos socio-históricos dos usos da escrita, sem as conotações sobre ensino e escola associadas à palavra alfabetização. Emergiu, então, na literatura especializada, o termo letramento, para se referir a um conjunto de práticas de uso da escrita que vinham modificando profundamente a sociedade, mais amplo do que as práticas escolares de uso da escrita, incluindo-as, porém.

Soares (2010), diz que, sem dúvida, foi-se buscar a palavra letramento no inglês que é uma versão da palavra *literacy*. “Etimologicamente, a palavra *literacy* vem do latim *litera* (letra), com o sufixo *cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. (...) Ou seja: *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever” (p.17).

Percebe-se, entretanto, que o mais lógico seria a utilização da palavra alfabetismo, estado ou qualidade de alfabetizado, que chegou a ser utilizada por alguns teóricos, mas não se firmou na literatura especializada, sendo, progressivamente, substituída por *letramento*:

Dispúnhamos, talvez, de uma palavra mais “vernácula”: alfabetismo, que o Aurélio registra, atribuindo a essa palavra, entre outras acepções, a de “estado ou qualidade de alfabetizado”. Entretanto, embora dicionarizada, *alfabetismo* não é palavra corrente, e, talvez por isso, ao buscar uma palavra que designasse aquilo que em inglês já se designava por *literacy*, tenha-se optado por verter a palavra inglesa para o português, criando a nova palavra *letramento* (SOARES, 2010, p.18).

Curiosamente, Soares (2010), reverbera sobre a palavra *analfabetismo* e a caracteriza como algo de cunho negativo, já que é formada com o prefixo grego *an*, ser muito comum e familiar para a sociedade, enquanto que o substantivo que afirma, *alfabetismo*, não seja usado. Da mesma forma, *analfabeto*, também nega e não tem uma expressão que indique o seu contrário, uma vez que “*alfabetizado* nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam” (p.19).

Entende-se, pois, que a opção por dar à palavra inglesa uma nova tradução advém dos sentidos que ela adquiriu:

Devido às novas compreensões do que significaria objetivamente ser alfabetizado na sociedade contemporânea e ao desenvolvimento de pesquisas sobre a escrita, compreendo-a como algo mais que a cópia infiel da fala ou a usurpadora do lugar original de origem desta. Pode-se dizer, portanto, que a formulação e aplicação desse novo conceito resultaram de necessidades teóricas e práticas várias, em função dos avanços no modo de compreender as relações inter-humanas, dos processos de participação social e do acesso à construção de conhecimento (BRITTO, 2003, p.51).

As práticas e demandas sociais, pelo uso amplo e diferenciado da leitura e escrita, passam a configurar a nova realidade social, em que apenas ler e escrever, ou seja, codificar e decodificar, não é suficiente. O indivíduo deve ser letrado, é importante que faça uso da leitura e da escrita funcionalmente, que estas práticas tenham sentido e realmente façam parte da vida das pessoas.

3 Conceitos de letramento

Antigamente, as escolas tinham como prioridade alfabetizar, enfatizando fundamentalmente a aprendizagem do sistema convencional de escrita, em que codificar e decodificar as letras e palavras era o suficiente para considerar um aluno alfabetizado. Percebeu-se, no entanto, que a mera codificação e decodificação não eram suficientes, visto

que os indivíduos, ao saírem da escola, eram incapazes de ler e escrever funcionalmente textos variados em diferentes contextos sociais.

É conveniente esclarecer que:

Tornar-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever: aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita “própria”, ou seja, é assumi-la como sua “propriedade” (SOARES, 2010, p.39).

Compreende-se, pois, que um indivíduo alfabetizado não necessariamente é letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, “o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita” (SOARES, 2010, p. 40).

O letramento envolve, desta forma, diversos conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais, o que torna sua definição complexa. As definições se diferenciam de autor para autor, chegam a ser antagônicas. “o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição” (SOARES, 2010, p.66).

Assim, se um trabalho sobre letramento examina a capacidade de refletir sobre a própria linguagem de sujeitos alfabetizados versus sujeitos analfabetos (por exemplo, falar de palavras, sílabas e assim sucessivamente), então, segue-se que para esse pesquisador ser letrado significa ter desenvolvido e usar uma capacidade metalinguística em relação à própria linguagem. Se, por outro lado, um pesquisador investiga como adulto e criança de um grupo social, versus outro grupo social, falam sobre o livro, a forma de caracterizar essas práticas e, muitas vezes, correlacioná-las com o sucesso da criança na escola, então, segue-se que para esse investigador o letramento significa uma prática discursiva de determinado grupo social, que está relacionada ao papel da escrita para tornar significativa essa interação oral, mas que não envolve, necessariamente, as atividades específicas de ler e escrever (KLEIMAN, p. 15, 2005).

Tfouni (2010), afirma que não se deve substituir o termo alfabetização por letramento:

Letramento, para mim, é um processo cuja natureza é sócio-histórica, pretendo com essa colocação, opor-me a outras concepções de letramento atualmente em uso, que não são nem processuais, nem históricas, ou então adotam uma posição “fraca” quanto a sua opção processual e histórica. Refiro-me a trabalhos nos quais, muitas vezes, encontra-se a palavra letramento usada como sinônimo de alfabetização (p.31).

Para a autora (2010), letramento está relacionado ao desenvolvimento das sociedades:

Em termos sociais mais amplos, o termo letramento é apontado com sendo produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade crescente da agricultura. Ao mesmo tempo, dentro de uma visão dialética, torna-se uma causa de transformações históricas profundas, como o aparecimento da máquina a vapor, da imprensa, do telescópio e da sociedade industrial como um todo (p.23).

Segundo Grando (2010), letramento seria, assim, causa e consequência do desenvolvimento econômico e social. Tendo seu significado extrapolado os muros escolares e os processos de alfabetização, relacionando-se a processos sociais mais amplos.

Kleiman (2005) corrobora ao dizer que o letramento é um fenômeno amplo e que ultrapassa os domínios da escola. A mesma define letramento como um conjunto de práticas sociais, usando a escrita como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.

Street (2010), desenvolvendo seus trabalhos em uma dimensão etnográfica, passou a observar que em práticas comerciais, e até mesmo em discussões teológicas havia práticas de letramento. No entanto, o mesmo percebe que tais práticas não eram consideradas, já que o modelo de letramento vigente ainda é o autônomo.

Segundo Kleiman (2005, p. 21), a concepção de letramento autônomo “pressupõe que há apenas uma maneira de o letramento ser desenvolvido, sendo que essa forma está associada quase que causalmente com o progresso, a civilização, a mobilidade social. [...] concebendo uma grande divisão entre grupos orais e letrados.”

Conforme Street (2010), pessoas analfabetas são consideradas vasos vazios, inferiores e não letradas. Tal pensamento está relacionado à ideia de que letrar é algo autônomo, separado da cultura e do contexto em que cada indivíduo está inserido.

A escola, por exemplo, é um importante difusor do letramento autônomo:

A escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se, não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de prática de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos, processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. Já outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes (KLEIMAN, p.20, 2005).

Street (2010) corrobora com o pensamento de Kleiman ao dizer que letramento varia. As pessoas têm habilidades diferentes, seus envolvimento em relações sociais podem ser diferentes, por isso selecionar só uma variedade de letramento não dará o resultado que se espera. É importante que o letramento autônomo seja acompanhado pelo letramento ideológico.

Modelo que acredita que as práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida. Não pressupõe, esse modelo, uma relação causal entre letramento e progresso ou civilização, ou modernidade, pois, ao invés de conceber um grande divisor entre grupos orais e letrados, ele pressupõe a existência, e investiga as características, de grandes áreas de interface entre práticas orais e práticas letradas (KLEIMAN, 2005, p.21).

É necessário, assim, ter o conhecimento do outro e de suas culturas, é essencial que as pessoas tenham consciência de sua realidade; isso só é possível através do letramento ideológico, já que saber ler e escrever, embora seja importante, não é sinônimo de emancipação.

Partindo desta perspectiva, as relações escolares devem ser diferentes, em vez de imaginar que os discentes são espaços vazios, devemos perceber que os mesmos pertencem a uma sociedade, a uma cultura e mesmo não sendo alfabetizados, convivem diariamente com diferentes eventos de letramento, sendo necessário que o professor tenha uma abordagem diferente para o ensino da escrita.

4 Letramento e ensino de língua portuguesa

Antigamente, as escolas tinham como prioridade alfabetizar, enfatizando fundamentalmente a aprendizagem do sistema convencional da escrita, em que codificar e decodificar as letras e palavras era o suficiente para considerar um aluno alfabetizado. Percebeu-se, no entanto, que a mera “codificação” e “decodificação” não era o suficiente, visto que crianças e adultos, ao saírem da escola, eram incapazes de ler e escrever, funcionalmente, textos variados em diferentes contextos sociais.

A partir dessa perspectiva, entende-se o porquê que muitos discentes foram alfabetizados, mas não letrados; os mesmos foram estimulados, na escola, a aprender a ler e a escrever de forma mecânica. Uma vez não sabendo ler e escrever de forma dinâmica, tiveram

como consequências dificuldades em lidar com os usos cotidianos da leitura e escrita em contextos não-escolares. Segundo Magda Soares (2003) alguns brasileiros não sabem sequer preencher um requerimento, pois não têm o hábito da leitura e não foram estimulados a utilizar corretamente os diferentes gêneros textuais.

Para Albuquerque (2007), as práticas de leitura e escrita desenvolvidas na escola, relacionadas a um “letramento escolar” não se adéquam, conforme certas expectativas, ao desenvolvimento socioeconômico-cultural da sociedade, cujos indivíduos convivem em contextos em que a escrita se faz presente de forma mais complexa. Os alunos, normalmente, são apresentados a diferentes gêneros textuais, mas não percebem as suas funcionalidades no cotidiano.

Conforme Kleiman (2007), os estudos de letramento não podem se restringir às práticas de alfabetização, muito menos às séries iniciais. Os alunos, em diferentes séries, estão em processos de letramento, desta forma, os professores devem se preocupar com um ensino-aprendizagem que leve em conta as realizações empíricas da língua.

Acredito que é na escola, agência de letramento por excelência de nossa sociedade, que devem ser criados espaços para experimentar formas de participação nas práticas sociais letradas e, portanto, acredito também na pertinência de assumir o letramento, ou melhor, os múltiplos letramentos da vida social, como o objetivo estruturante do trabalho escolar em todos os ciclos (KLEIMAN, 2007, p.4).

Percebe-se, pois, que os estudos de letramento na escola devem partir da concepção de leitura e escrita como práticas discursivas, com diferentes funções, afastando-se da concepção tradicionalista em que a leitura e escrita são vistas como competências e habilidades individuais.

Kleiman (2007, p.4), corrobora ao dizer que:

Assumir o letramento como objetivo de ensino no contexto dos ciclos escolares implica adotar uma concepção social da escrita, em contraste com uma concepção de cunho tradicional que considera a aprendizagem de leitura e produção textual como a aprendizagem de competências e habilidades individuais. A diferença entre ensinar uma prática e ensinar para que o aluno desenvolva individualmente uma competência ou habilidade não é mera questão terminológica. Em instituições como a escola, em que predomina a concepção da leitura e da escrita como conjunto de competências concebe-se a atividade de ler e escrever como um conjunto de habilidades progressivamente desenvolvidas até se chegar a uma

competência leitora e escritora ideal, a do usuário proficiente da língua escrita.

Com base nisso, cabe ao professor, enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem, especialmente o professor de Linguagens, proporcionar meios através dos quais essas competências sejam asseguradas pelos seus alunos. No entanto, a mesma autora aponta algo preocupante acerca do professor de língua que pode impossibilitar a realização de um trabalho eficaz quanto às práticas de leitura e escrita:

Não se questiona apenas a capacidade do docente para ensinar a ler, escrever ou analisar um texto, mas a capacidade de ele próprio conseguir fazer isso, ou seja, sua própria competência linguístico-enunciativo-discursiva. Não é sua formação o alvo de crítica, mas a sua própria condição de letrado. (Kleiman 2008, p. 490)

Se, pois, um professor da área de linguagens não tem uma boa condição de letrado, poderia ele contribuir para que seus alunos atinjam uma “competência leitora e escritora ideal”? De fato, se o letramento não está sendo desenvolvido de maneira adequada, o problema talvez esteja na formação dos professores.

Infelizmente, em muitas universidades brasileiras o currículo dos cursos de formação de professores de língua ainda está muito voltado para as teorias linguísticas e literárias, dando pouca – e/ou nenhuma – atenção aos estudos do letramento. Acerca do assunto, Kleiman (2008, p. 493) enfatiza que “apenas aqueles conteúdos informados pelos estudos subsidiados pelas teorias linguísticas não permitiria a realização de um trabalho eficiente no ensino da língua materna.” A mesma autora ainda acrescenta:

Se o que está envolvido é o ensino da língua e da literatura “como prática social”; então, os estudos que se preocupam com a descrição de micro-realidades do mundo social (como a Antropologia, a Etnografia, os Estudos do Letramento) aportam perspectivas *insubstituíveis* para o entendimento do funcionamento da língua na prática social (Kleiman 2008, p. 494). (Grifo nosso)

Portanto, fica claro que uma formação de professores de língua que não contemple os Estudos do Letramento é insuficiente e comprometerá, indiretamente, o desenvolvimento das competências de leitura e escrita dos alunos desses futuros professores.

5 Problemática

Segundo Kleiman (2007), ao contrário da alfabetização, o processo de letramento não se encerra nos primeiros anos de ensino escolar, ele continua a acontecer até mesmo na idade adulta do indivíduo. Sabendo-se disso, neste trabalho buscou-se verificar se o ensino de letramento está sendo efetivado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) no curso de Letras Vernáculas. Visto que no processo de letramento estão envolvidas as práticas de leitura e de escrita, espera-se que as discussões sobre letramento, bem como a maneira como os novos professores devem proporcionar meios para o fomento das habilidades de leitura e escrita, estejam presentes nos cursos de graduação em Letras. No entanto, Kleiman (2007, p. 1) critica que:

Enquanto professores alfabetizadores se preocupam com as melhores formas de tornar os seus alunos letrados, os professores de língua materna se preocupam com as melhores formas de introduzirem os gêneros, embora o aluno da quarta, sexta ou oitava série do ensino fundamental, assim como o aluno de ensino médio esteja também, ao longo de seu processo de escolarização, em processo de letramento.

Talvez, a origem desse impasse concentre-se nos cursos de formação de professores de língua, se estes não estiverem fornecendo bases para que esses professores, em seu trabalho docente, promovam as práticas de leitura e de escrita de maneira eficaz.

Tais inquietações surgiram a partir do momento em que se percebeu que muitas pessoas da área de Letras tiveram contato com o termo letramento apenas nos cursos de pós-graduação, principalmente, nos cursos de Mestrado. Logo, questiona-se como, em um curso de graduação, não se discute as perspectivas do letramento.

Depois de tardiamente perceber a importância desse conhecimento, surgiu a curiosidade de investigar se, no momento atual, com a ampliação dos estudos sobre letramento, essas práticas vêm sendo abordadas no curso de Letras Vernáculas da UEFS e, se sim, em que momento do curso.

Para tanto, foram elaborados questionamentos direcionados a estudantes do curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Feira de Santana, a saber, dois alunos do quarto semestre, e dois alunos do último semestre. E, a fim de verificar se, a partir da experiência docente, os professores, de alguma forma, adquiriram conhecimento sobre o letramento, foram feitas entrevistas também com dois professores formados em Letras Vernáculas pela mesma universidade, os quais possuem alguns anos de experiência docente.

Foram feitos os seguintes questionamentos:

1- *O que você entende por alfabetização?*

2- *O que você entende por letramento?*

As entrevistas escritas foram realizadas entre os meses de junho e agosto de 2013. A análise dessas entrevistas e as conclusões serão apresentadas a seguir.

6 Análise das entrevistas

Nas entrevistas dos alunos do quarto semestre, observa-se que eles conseguem perceber as diferenças entre alfabetização e letramento, no entanto, conceituam um e outro sem relacioná-los. Pode-se dizer que ambos entendem a alfabetização como codificação e decodificação de signos linguísticos, o que está expresso em passagens como “alfabetização é o conhecimento que a pessoa possui em relação aos códigos linguísticos, mesmo que não compreenda o mundo ao seu redor” (informante 2). Ambos concordam que o indivíduo alfabetizado deve saber ler e escrever, mas não necessariamente compreende o que lê e o que escreve: “uma pessoa que lê talvez não tenha uma visão crítica do conteúdo” (informante 1).

Acerca do segundo questionamento, pode-se afirmar que ambos os informantes não tiveram uma definição clara do que seria letramento, eles parecem restringir o conceito de letramento ao conceito de senso crítico, sem relacioná-lo à prática da leitura e da escrita: “é a capacidade de tomar consciência de seu papel e responsabilidade no mundo em que vive, ela pode levantar questionamentos sobre a realidade que a cerca” (informante 2). “É o conhecimento amplo de linguagens, culturas e costumes que o indivíduo traz de sua vivência social. [...] Letramento, por fim, é o conhecimento e domínio da formação de um indivíduo” (informante 1).

Quanto aos estudantes formandos, o informante 3 entende que alfabetização é um processo de codificação e decodificação: “alfabetização é um processo de aprendizagem que envolve ensinar o indivíduo a ler e a escrever a partir de fatores linguísticos, sinais gráficos e códigos da língua”.

O informante 4, no entanto, apresenta um conceito mais amplo, visto que, além da codificação e decodificação, considera também a interpretação no processo de alfabetização: “um indivíduo alfabetizado possui habilidades para codificar e decodificar o código linguístico. Além disso, esse processo de alfabetização possibilita ao indivíduo interpretar diversos textos, construindo, assim, os possíveis sentidos”.

Em relação ao segundo questionamento, há uma semelhança entre as respectivas respostas, as mesmas desconsideram a leitura e a escrita no conceito de letramento, inferindo que este se refere a fatores sociais: “letramento é uma aprendizagem que não depende do código da língua, nem de sinais gráficos e sim de fatores extralinguísticos e conhecimento de mundo” (informante 3). “o letramento é um processo de aprendizagem ligado ao fator social, ou seja, ao conhecimento de mundo, o qual se refere aos elementos sociocognitivos armazenados na memória do indivíduo, possibilitando estabelecer sentido através dos conhecimentos que possui, adquiridos, portanto ao longo da vida. Nesse sentido, o indivíduo analfabeto pode ser considerado como letrado” (informante 4). Nota-se que este último informante, embora não possua conhecimento exato acerca do conceito de letramento, ele se apercebe corretamente que o indivíduo pode ser letrado sem necessariamente ser alfabetizado (SOARES, 2010).

As respostas ao questionamento 1 dos dois experientes professores assemelham-se visto que ambos reconhecem que alfabetização é o processo de aquisição das habilidades de leitura e escrita, “é o processo pelo qual o falante de uma língua torna-se capaz de comunicar-se através da leitura e escrita” (informante 6). “Alfabetizar é proporcionar aos indivíduos as habilidades de saber ler e escrever” (informante 5). Este último informante ressalta, ainda, que o processo de alfabetização possui caráter mecânico, ao passo que não favorece grandes interpretações, “não quer dizer que o indivíduo será capaz de reconhecer contextos, interpretá-los e atuar no meio segundo as ações requeridas por esse contexto”.

Ao conceituar letramento, ambos os professores se aproximam do conceito discutido por teóricos, tais como Magda Soares e Angela Kleiman: “o indivíduo letrado, diferente daquele apenas alfabetizado, é capaz de ler e escrever estando inserido num contexto, atribuindo maiores significados às diversas situações cotidianas”. (informante 5). “Apesar de possuir uma relação intrínseca com a alfabetização, o letramento distingue-se desta por ser a condição de quem sabe utilizar a leitura e a escrita em diferentes contextos comunicativos e práticas sociais, dentro e fora da escola” (informante 6). Ambos entendem que o processo de letramento envolve a prática da leitura e da escrita, ou seja, vai além da codificação e decodificação dos signos.

É importante considerar que o último informante salienta que o letramento deve capacitar o aluno para as práticas de letramento dentro e fora da escola, em outras palavras, o letramento não deve ser autônomo, mas ideológico (Street, 2010).

Observa-se que os estudantes iniciantes e, especialmente, formandos do curso de Letras Vernáculas da UEFS entendem pouco sobre letramento. Esse dado preocupante indica que, em meio a uma crescente gama de estudos sobre o letramento que vêm se desenvolvendo no país ao longo de três décadas, o curso de Letras Vernáculas da UEFS está completamente alheio a todo esse avanço educacional, o que é injustificável e inaceitável, diante das necessidades cada vez maiores de capacitação e exigências cada vez mais sofisticadas de um mercado de trabalho que valoriza muito um indivíduo letrado: “parece-nos essencial para a universidade formar esses professores para as demandas, também contextualizadas, do mundo do trabalho” (KLEIMAN 2008, p. 491).

Felizmente, frente à má formação fornecida pela universidade, nota-se que os professores, depois de formados, buscam meios de sanar as deficiências, o que ficou claro na análise das respostas dos experientes professores, os quais demonstraram bastante segurança quanto ao conceito de letramento.

7 Soluções

Diante de tantos impasses acerca do letramento em sala de aula, dispõe-se a apresentar algumas possíveis soluções para os problemas apresentados. A princípio, destaca-se o letramento autônomo e o letramento ideológico. Street (2010) critica o que ele chama de letramento autônomo, o qual, embora seja economicamente viável, desconsidera as particularidades, ou seja, a cultura de cada grupo social. Para ele, “letramento varia” de acordo com as práticas sociais de cada grupo e, assim sendo, o letramento deve ser abordado de modo a contemplar essas características, a fim de que o aprendizado seja significativo e crítico: “refiro-me a esse modelo como um *modelo ideológico*; não só um modelo cultural, embora seja isso, mas ideológico porque há poder nessas ideias” (Street, 2010, p. 37).

Ao invés de considerar o aluno uma tábula rasa, sendo o professor o único detentor do conhecimento, este deve adotar uma postura de mediador, criando situações didáticas que considerem as vivências dos alunos e valorize seus conhecimentos. Segundo Kleiman (2006, p. 87) o professor é um agente do letramento e

Um agente de letramento é um agente social e, como tal, é conhecedor dos meios, fraquezas e forças dos membros do grupo e de suas práticas locais, mobilizador de seus saberes e experiências, seus ‘modos de fazer’, para

realizar as atividades visadas: ir e vir, localizar, arrecadar, brincar, jogar, pesquisar.

Kleiman enfatiza, ainda, que “através da ação coletiva, os alunos, atores sociais nessa sala de aula, participam de uma sociedade sempre mais escrita, organizada pelo poder de modificar as coisas e reformar as estruturas a partir de modelos escritos”, (KLEIMAN 2006, p. 87).

Acerca do ensino de Língua Portuguesa, visto que se verificou que os professores e futuros professores dessa disciplina desconhecem o letramento, seria apropriado que fossem oferecidos cursos nos quais eles aprendessem não só conceitos de letramento, mas, principalmente, como fazer uso prático desses conceitos, já que, segundo Kleiman,

Na perspectiva dos Estudos do Letramento, não há apenas uma forma de usar a língua escrita – a reconhecida e legitimada pelas instituições poderosas, à qual poucos têm acesso –, mas há múltiplas formas de usá-la, em práticas diversas que são sociocultural e historicamente determinadas (KLEIMAN 2008, p. 490).

No caso específico da UEFS, talvez haja problemas no currículo do curso de Letras Vernáculas que justifiquem a falta do letramento. A exemplo desta universidade, talvez haja necessidade de mudança no currículo das universidades, de modo a incluir o ensino de letramento, especialmente nos cursos que formam professores de língua, os quais lidam diretamente com a leitura e a escrita.

8 Considerações finais

Neste trabalho, teve-se como objetivo verificar como se dá o ensino de letramento no curso de Graduação em Letras Vernáculas da UEFS, a fim de que, tomando-a como parâmetro, pudesse compreender e discutir o porquê de as práticas de letramento não serem trabalhadas de modo eficaz por alguns professores de língua no Brasil.

Ao longo das discussões, percebeu-se a importância de o professor assegurar as habilidade de leitura e de escrita dos alunos, cujo objetivo ficaria comprometido se o próprio professor não tivesse competência linguístico-enunciativo-discursiva.

As respostas dos estudantes, tanto iniciantes quanto concluintes, deixam claro que o conceito de letramento não está sendo assegurado no referido curso, o que significa que nessa

universidade os Estudos do Letramento não têm o seu lugar, de modo que se pode afirmar que a UEFS não capacita os professores de língua portuguesa a utilizar-se do letramento em sua prática docente, e isto, como se viu, poderá inviabilizar o desenvolvimento das competências leitora e escritora em seus futuros alunos. A não ser que, assim como os experientes professores entrevistados, esses futuros professores busquem tais conhecimentos numa formação continuada, a fim de “tapar os buracos” deixados pela formação deficiente.

Nas possíveis soluções apresentadas, viu-se que o modelo ideológico, em detrimento do modelo autônomo de letramento, é mais favorável ao desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita por parte dos alunos e que este não deve ser considerado um vazo vazio ou uma tábula rasa, mas deve ter um papel ativo no processo de letramento.

Diante de todas as considerações acerca da importância do letramento para a educação, pode-se concluir que nenhum projeto educacional pode se contentar em meramente alfabetizar, deve oferecer aos alunos, uma vez alfabetizados, condições para o desenvolvimento cada vez mais intenso e extenso das habilidades de escrita e leitura, visto que é crucial que crianças e adultos se envolvam em práticas sociais de leitura e escrita. De acordo com Bagno (2002), com a prática do letramento a aula de língua portuguesa, por exemplo, deixará de ser reduzida à aula de gramática, dando outro sentido ao ensino da língua nas escolas.

Referências

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. *Conceituando alfabetização e letramento*. In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia. (Org.) *Alfabetização e letramento: conceitos e relações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BAGNO, Marcos. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação*. In: Ribeiro, Vera Massagão (Org.) *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. p.47-63.

Katlen Bohm Grando. O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relação com a escolarização. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3275/23>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

KLEIMAN, Angela B.. *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?* Ministério da Educação. São Paulo: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005. Disponível em:

<http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/preciso_ensinar_letramento-Kleiman.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. Letramento e suas implicações para o ensino de Língua materna. Revista *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/Letramento_e_implicacoes_Kleiman.pdf> Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0803/080304.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

LORENZET, Deloíze; GIROTTO, Juliana Carla. *A alfabetização e letramento na prática pedagógica*. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_010/artigos/artigos_vivencias_10/p1.htm>. Acesso em: 13 ago. 2013.

SOARES, Magda. O que é letramento. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/toledo/arquivos/File/o_que_letramento.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2013.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

STREET, Brian V. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

TFOUNI, Leda V. *Letramento e alfabetização*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.